

## Coluna do Castello

JORNAL DO BRASIL

## Para melhorar as coisas vão piorar

**E**ssa carta de intenções do governo brasileiro ao FMI, apoiada por Camdessus, que prevê sua aprovação pelo organismo que comanda ainda em janeiro, deve ser o caminho adequado que o país terá de percorrer para chegar ao ponto em que estão chegando a Venezuela, o México e a Argentina, apontados como modelos do que é preciso ser feito e que o Brasil não conseguiu fazer. Ela é a chave para ingresso de US\$ 2 bilhões, dinheiro novo, e só com sua aprovação haverá negociação com os credores privados e com o Clube de Paris.

A comunidade de economistas ainda não se rendeu totalmente à prática orientada pelo ministro Marcílio Marques Moreira e persistem divergências e indicações de alternativas. Mas o fato é que, depois de seis anos de investidas heterodoxas, que oscilaram entre o messianismo de Dílson Funaro e a audácia de sua assessora Zélia Cardoso de Mello, sem dar um rumo correto à economia, parece que agora se acertaram os ponteiros com o órgão que comanda a recomposição das economias dos países em desenvolvimento, devastadas pelos choques do petróleo e pelas dívidas que excessivas disponibilidades de mercado propiciaram a países ansiosos por recursos para resolver seus problemas.

Tais arranjos se fazem com sacrifícios. Assim tem sido por toda parte, mas entre nós o ônus vai incidir numa sociedade já debilitada pelo acúmulo de erros e de descontroles da atividade econômica. Para agravar a situação, o governo Collor, no momento em que assume compromissos de restaurar a credibilidade externa do país, acha-se em situação de escassa credibilidade interna. A falta de resultados, do seu governo até agora e o insolúvel conflito com os políticos e os partidos tornam precária sua autoridade para colocar a todos diante da perspectiva de mais e mais duros sacrifícios.

Claro que um acordo de alto nível, que fizesse a nação e suas classes dirigentes assimilar o que se presume ser pelo menos mais um semestre de arrocho fiscal e monetá-



rio, seria muito útil ao governo e ao país. O Congresso tem dado até aqui, apesar das aparências em contrário, razoável cobertura à política

do presidente Collor. Na hora decisiva em que o país precisa demonstrar conformidade e paciência com dias ainda mais difíceis, é imprevisível o comportamento da representação política diante das inevitáveis manifestações de ansiedade e repulsa dos diversos segmentos da sociedade à nova cota de agruras que lhe é imposta.

O presidente não pode contar também com os governadores, aos quais em determinado momento apelou para ajudá-lo a enfrentar resistências partidárias. Compreende-se que um governador como Luiz Antônio Fleury, comandando a principal economia regional do país, resista à idéia de permanecer de braços cruzados pelo segundo ano da sua administração. Afinal São Paulo e seu governador têm projetos próprios e não se ajustam à idéia de continuarem condicionados a apertos financeiros e fiscais que paralisam o estado tanto quanto paralisam o resto do país.

Nesse próximo ano de eleição municipal acrescenta-se um fator aos que elaboram o ânimo da população convocada a manifestações políticas. Não será fácil a governadores e prefeitos ganhar eleições em tempos de vacas magras e o mais provável é que seu desespero desembocque na agressão ao presidente da República e na rebelião contra processos que paralisam suas administrações, ainda que sob a promessa de salvação geral endossada pela cúpula da economia mundial.

O que o presidente Collor está fazendo, assessorado por sua equipe econômica, parece ser o que deve ser feito. Pelo menos foi o que se fez em outros países que nos são apontados como modelo para sair da crise. No entanto o passivo acumulado é de tal ordem que se há de temer que, antes de melhorar, a situação do país vá ainda piorar muito. É o que Marcílio está admitindo.

## Atos nacionalistas

Informa o deputado Vivaldo Barbosa, líder do PDT, que, no novo confronto entre livre-cambistas e protecionistas, reprodução do que houve no início da República, o grupo nacionalista que se reuniu na ABI sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho tem um programa de ação. Dia 11, um ato público de defesa da Pe-

trobrás. Em janeiro, debate na Câmara sobre propostas do Emendão relativas a energia e tecnologia, com participação de Aureliano Chaves, Severo Gomes e Mário Covas. E outras a serem anunciadas.

O deputado Jamil Haddad, presidente do PSB, mandou-me tréplica a Eduardo Modiano, que encaminharei à editoria deste jornal.

Carlos Castello Branco